2 Abordagem Teórica

Nesta seção, há a apresentação do quadro teórico que subsidia esta pesquisa. Para isso, a seção está dividida em duas partes principais: 1) narrativas, com o estudo do relato do extraordinário, e também dos conceitos de narrativa, história de vida e o modelo canônico laboviano; e 2) identidade, no qual são apresentados os conceitos de identidade, assim como o da relação identidade e discurso.

2.1 Narrativas

Muito se tem discutido a respeito das narrativas que contamos em nossa vida cotidiana (Bruner, 1990; Bastos, 2005; Labov, 1972; Sacks, 1984; Linde, 1993). A proposta fundadora dos estudos da narrativa na área da sociolinguística foi a desenvolvida por Labov, para quem as narrativas são maneiras de recapitular experiências passadas, combinando uma sequência de orações verbais a uma sequência de eventos que de fato ocorreram (1972:359-360). Tal concepção de narrativa será o alicerce dos estudos deste trabalho.

Durante nossa vida, vivenciamos experiências que serão contadas e recontadas por muitas vezes. Porém, segundo Riessman, “As narrativas [dessas experiências] não permanecem estáveis com o passar do tempo.” (1993:65). Isso acontece, pois, quando um indivíduo narra um acontecimento, ele leva em consideração não apenas a sua experiência a ser narrada, mas também o contexto no qual a está narrando. Como esse contexto nunca será o mesmo, toda vez que um evento for narrado a narrativa sofrerá modificações, e por isso, nunca será fixa.

Quando estamos narrando uma experiência, uma das coisas mais relevantes é nosso interlocutor, ou seja, para quem a estamos contando. Cada participante presente na interação tem papel fundamental na construção do significado da narrativa a ser contada. Ao contar uma história, o narrador não está apenas expondo uma parte de sua vida, ele está em certa medida a revivendo e, portanto a reconstruindo, num determinado contexto. O narrador cumpre o papel

de escultor da narrativa, sempre considerando os participantes presentes na interação. Sendo assim, o ato de narrar tem importante papel na co-construção dos sentidos e das identidades de seus participantes, e por isso estudá-las “é uma forma de compreender a vida em sociedade” (Bastos, 2005:74). Segundo Bastos, “Nessa atividade de narrar, não apenas transmitimos o sentido de quem somos, mas também construímos relações com os outros e com o mundo que nos cerca.” (2005:74)

Assim como o contexto é importante para analisar a narrativa, é também preciso olhar para o caráter da experiência que se conta. Muitas vezes, contamos histórias de experiências que nós mesmos vivenciamos, porém, muitas outras vezes, recontamos eventos acontecidos com outras pessoas. Sendo assim, quando contamos uma experiência podemos nos mostrar de duas maneiras: como agentes dessa experiência, quando de fato vivenciamos tal momento, ou como narradores de experiências vividas por terceiros. No caso da primeira, é preciso entender que “Ao [nos depararmos] com um evento, como testemunha ou como alguém que o sofreu em parte, [temos] o direito [a essa] experiência” (apud Sacks:1984 [2007]). Isso quer dizer que temos o direito de contá-la de acordo com nossa visão, nossa versão dos fatos, e podemos ainda revivê-la quantas vezes quisermos. Já no segundo caso, as histórias narradas não são parte das nossas experiências vividas, mas sim vividas por outro indivíduo. Ou seja, tomamos conhecimento da história através do outro (apud Sacks:1984 [2007]). Esses dois pontos de vista podem parecer sutis, porém há uma grande diferença entre vivenciar uma experiência e tomar conhecimento dela. Por exemplo, se somos testemunhas de um acidente, temos o direito a determinadas emoções que alguém que apenas ouviu essa história simplesmente não tem. Portanto, ser agente de narrativas que vivenciamos é ter a oportunidade não apenas de contá-las inúmeras vezes, mas principalmente é ter o direito de reviver as mesmas emoções.

2.1.1 O relato do extraordinário

Durante nossa vida nos deparamos com as mais diversas situações. Algumas dessas situações serão tão corriqueiras e banais que nós as esqueceremos

facilmente. Por outro lado, algumas outras serão contadas repetidas vezes, a pessoas diferentes e em momentos diferentes. O que faz, portanto algumas experiências serem narradas e outras serem simplesmente esquecidas? À primeira vista, a resposta para esta questão está no fato de que as experiências precisam apresentar algo especial para que sejam contadas, ou seja, precisam ser algo que não acontece todo dia. Outro fato importante para recontarmos uma experiência trata de sua importância. Alguns eventos, como, por exemplo, o dia no nosso casamento ou o nascimento dos nossos filhos, serão contados inúmeras vezes durante uma vida inteira.

Segundo Bruner (1990), toda narrativa deve conter quatro características básicas: (i) devem apresentar seqüencialidade, pois devem ser compostas de uma seqüência de eventos envolvendo pessoas; (ii) podem ser histórias reais ou imaginárias; (iii) devem mostrar excepcionalidade, ou seja, algo que se sobressai ao ordinário e (iiii) dramatismo, já que uma narrativa se assemelha a uma peça de teatro por ter ação, objetivo, cenário, atores e instrumentos.

Dentre as características apresentadas por Bruner (1990), é preciso olhar mais diretamente para a questão da excepcionalidade da narrativa. O autor afirma que o ordinário está relacionado ao que é comum a todas as pessoas (1990). Quando vivemos em comunidade, algumas normas situacionais ou sociais se impõem. Ao se entrar num ônibus, é esperado que a pessoa pague a passagem, escolha um lugar para se sentar e lá fique até que seu destino chegue e esta se levante e desça do ônibus. Isso representa o ordinário, o que todos sabem que deve ser feito. Quando alguém assiste a essa cena, não se questiona porque a pessoa fez isso ou deixou de fazer aquilo. Por outro lado, se alguém entra no ônibus pula a catraca eletrônica, e, ao invés de se sentar, se pendura no corrimão do ônibus, isso será, certamente, interpretado como não usual por quem o estiver assistindo. Isso acontece porque essa não é a conduta esperada de um passageiro, e são esses eventos que são dignos de serem contados, narrados. São esses eventos extraordinários que motivam a emergência de narrativas, pois, tudo que é extraordinário contém razões para o ser.

Por outro lado, é preciso entender que o extraordinário não significa algo incrível, ou seja, algo que as pessoas não possam crer que tenha acontecido. Segundo Sacks (1984), ao narrarmos uma história nos preocupamos em relatar aquilo que os ouvintes podem ver que é um fato realmente plausível de ter acontecido, e costumamos contar o que há de normal ou comum na nossa história. É claro que toda história, para ser contada, deve ter um acontecimento que a tira da rotina, já que, como afirma também Linde (1993), um evento não é reportável se é algo que ocorre todos os dias. Mas, mesmo assim, esse acontecimento precisa ser algo real, algo que possa de fato ter acontecido e nós contamos da maneira que é normal contar. Como afirma Sacks novamente, “É incrível como, em conversas comuns, as pessoas, ao relatarem algum fato, relatam aquilo que podemos ver que aconteceu, não o *que* aconteceu, mas a *normalidade* do que aconteceu.” (1984:167)

Nós humanos tendemos a fazer coisas comuns, que todos estão fazendo, e sabemos também reconhecer se uma atividade é comum ou não. Por exemplo, ao chegar a casa depois do trabalho decido que vou ligar meu computador e navegar por redes sociais por horas. Fazendo isso, estou me tornando uma pessoa comum, pois esta é uma atividade que estará sendo feita também por milhares de outras pessoas, e nós, seres humanos, temos consciência disso. Nós não decidimos olhar para o chão de nossa casa e observá-lo por horas, pois isto é não é uma coisa comum de se fazer, decidimos fazer algo que todos fazem. Algo que é comum. Nem sempre, porém, ser comum é fácil. É preciso dedicação para saber o que é comum e ter tempo para isso. Por isso, Sacks afirma que somos como “alguém que tem como trabalho e preocupação constantes ocupar-se em ser comum” (1984:167). Sendo assim,

“[nossa] ocupação na vida é essencialmente ver e relatar somente os aspectos usuais de qualquer cena usual possível. Isso significa dizer que o que você *procura* é ver como qualquer cena em que esteja inserido pode se tornar uma cena comum, normal, e é isso que a cena é.” (1984:168-169)

Por isso, nossas narrativas são fruto da junção do fato de sermos, todos, pessoas comuns, com o fato de que só contamos o que pode ser real.

2.1.2 História de vida

Os seres humanos narram histórias pelas mais diversas razões. Essas histórias, que podem ser narradas e renarradas durante a vida de cada um, fazem parte de uma história maior que engloba inúmeras situações e experiências já vividas por uma pessoa. Segundo Linde (1993), as “histórias de vida” são compostas por histórias e unidades discursivas contadas por um indivíduo durante o curso de sua vida. A autora afirma que todos nós temos uma história de vida e que ela é formada por eventos que fazem de cada pessoa o que ela é no presente e representa o que os outros devem saber sobre ela para conhecê-la. Sendo assim, conhecer uma pessoa significa saber uma gama de atividades e relações lingüísticas e sociais do outro (1993:20).

Segundo Linde, a história de vida deve ter duas características básicas: ser sobre a própria pessoa que a conta e não sobre o mundo em geral; e ter reportabilidade estendida, ou seja, ser uma história contável por um longo período de tempo (1993:21). Todas as histórias de vida são, de certa forma, avaliativas. O narrador tem o poder, por ter sido o experienciador do evento, de avaliá-la da sua maneira. Ele pode fazer uso de avaliações de duas maneiras: a) ao expressar sua personalidade e seu caráter em narrativas sobre como ele é ou como age em determinadas situações; e b) ao expressar sua opinião sobre como o mundo é e como funciona, a partir de narrativas contadas por ele. O primeiro tipo de avaliação tem como foco o narrador em si e já o segundo tem como foco eventos sobre o mundo e não necessariamente sobre o indivíduo.

Outro elemento necessário para se ter uma história de vida, segundo Linde (1993), é que ela seja reportável, ou seja, que represente um evento fora da expectativa rotineira. A reportabilidade de um evento não é fixa; ela depende não apenas da natureza do evento, mas da relação do falante com o ouvinte, das habilidades de narrar do falante e da quantidade de tempo que separa o evento do contar a história (1993:22).

As histórias de vida não se referem exclusivamente a um grupo de experiências particular, mas incluem também as conexões que são criadas dentro de cada uma delas e entre elas em si. As experiências de uma vida, não são

eventos isolados, elas funcionam como uma teia, onde os fios se sustentam e se completam. As narrativas contadas a partir de experiências pessoais são constantemente modificadas durante nossa vida. A cada dia vivenciamos mais eventos, e esses eventos vão se somando aos outros já vividos. Sendo assim, ao narrarmos um evento temos a chance de revisitá-lo e de enxergá-lo de uma nova maneira. Isso nos permite pensar sobre nossas experiências, a cada vez que as narramos, possibilitando assim refletirmos sobre o tipo de pessoa que somos e sobre o que nossa vida representa (1993:25).

Como vimos nesta subseção, as histórias de vida são, na verdade, fruto de um conjunto de experiências. Essas experiências são narradas diversas vezes e para diferentes ouvintes. É preciso, portanto, perceber de que maneira essas experiências estão sendo narradas. Linde afirma que as histórias de vida podem ser contadas como ‘histórias’ ou ‘narrativas’, ‘crônicas’ e ‘explicações’, classificação essa vista de maneira detalhada a seguir.

A partir da análise dos dados desta pesquisa, pude perceber que em alguns momentos das entrevistas os conselheiros tutelares narram histórias, crônicas e também explicações. Por isso, estes conceitos apresentados aqui contribuem para esta pesquisa permitindo uma análise mais específica e mais direcionada dos dados apresentados nas entrevistas.

Segundo Linde, a narrativa/história é a unidade discursiva mais importante na construção da história de vida. Para ela, que incorpora o modelo Laboviano (1972), o princípio básico das narrativas é se construírem a partir de uma sequência de frases no passado. Linde (1993:69), seguindo Labov, assume que existem narrativas completas, que apresentam *resumo, orientação, ações complicadoras, coda e avaliação*, e narrativas mínimas, compostas simplesmente por *ações complicadoras*. Esses conceitos serão detalhadamente abordados na seção 2.1.3, a seguir.

Assim como a narrativa, a crônica consiste na recontagem de eventos a partir de uma sequência de frases no passado. A diferença entre as duas é que na narrativa temos um único ponto avaliativo, que une toda a sequência, enquanto que na crônica podem existir muitos.

Sendo assim, de acordo com Linde (1993), as crônicas tem três características básicas:

- Pressuposição narrativa = todos os eventos são contados na sua ordem temporal de ocorrência;
- Ausência de constituintes da narrativa = não há resumo, orientação, coda ou conclusão;
- Avaliações múltiplas: as crônicas apresentam avaliações nos eventos individualmente e não na sequência como um todo, como ocorre na narrativa.

Por fim, Linde define as explanações como sendo unidades discursivas usadas para justificar uma ação, funcionando assim como uma explicação de algo que foi dito (1993:90). Segundo Schiffrin (apud Linde 1985 [1993]), as explanações são divididas em duas partes: a primeira é a *posição*, entendida como uma afirmação que deve ser provada, e a segunda, o *suporte*, entendido como uma sequência de frases com razões que a explicam e que provam sua credibilidade.

2.1.3 O modelo canônico Laboviano

O presente trabalho pretende utilizar as categorias de análise desenvolvidas por Labov (1972). De acordo com o autor, uma narrativa para ser considerada completa deve conter os seguintes elementos:

- *Resumo*, que como o próprio nome já diz é um breve resumo da história a ser narrada e aparece ao início da narrativa;
- *Orientação*, que funciona como contextualização da história narrada em relação a tempo, personagens e espaço, e pode aparecer no início ou durante a narrativa;
- *Ação/Ações complicadora(s)* são a sequência de orações narrativas (orações com verbos de ação no passado);
- *Avaliação*, frases que mostram a opinião ou julgamento por parte do narrador;
- *Resultado* é a sentença que finaliza a história narrada; e a

- *Coda*, que marca o final da narrativa e que pode fazer uma conexão entre o tempo da narrativa passado e o tempo presente.

Se uma narrativa contém todos esses elementos ela pode ser considerada como representativa do modelo canônico laboviano. Mas nem todas as narrativas são completas. Algumas narrativas são mínimas (Labov, 1972) pois não apresentam resumo, orientação, avaliação, resultado ou coda. Para ser uma narrativa mínima, portanto, é preciso que haja pelo menos duas orações narrativas em sequência, formando, assim, a ação complicadora.

Nesta pesquisa, analiso não apenas narrativas completas, mas também narrativas mínimas, seguindo o modelo canônico laboviano. Além disso, será necessário também avaliar alguns trechos que não são considerados narrativas, de acordo com Labov. Isto porque esses trechos antecedem narrativas completas e mínimas e atuam de maneira a contextualizá-las.

2.2 Identidade

Tornamo-nos conscientes de que [...] a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não é garantida para toda a vida, é bastante negociável e revogável, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais para a “identidade”. (Bauman:2004:17)

O trecho em epígrafe desta seção é uma citação de Bauman que traduz em poucas palavras o que o termo “identidade” representa. Para compreendermos o significado de identidade precisamos entender que elas são resultado de práticas discursivas, ou seja, da interação entre determinados falantes, num determinado momento, em um determinado lugar. Isso quer dizer que a identidade é situada cultural, social e historicamente. Sendo assim, ao contrário de uma definição essencializada de identidade, é preciso entendê-la como plural, múltipla, fragmentada e em processo (Bastos et al.:2009).

2.2.1 Narrativa e Identidade

“estamos situados na história [...] e essa é refletida em nossos corpos pelos discursos que circulamos” (Moita Lopes:2003)

A afirmativa em epígrafe desta subseção mostra que nossa identidade não é formada por acaso. Todos nós estamos inseridos em um mundo situado no tempo, no espaço e no lugar determinados. Nossa identidade não se faz automaticamente, ela é fruto de nossas relações sociais e principalmente de nossas práticas discursivas. Nesta perspectiva, Moita Lopes afirma que “a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso de linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico” (2003).

Essa interação humana através da linguagem constrói as identidades de seus participantes já que, “todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores.” (Moita Lopes:2003) Por isso, é possível perceber que quando uma pessoa está interagindo, as outras pessoas sabem que ela está agindo como um ‘certo tipo de pessoa’ específico, ou então como diferentes ‘tipos de pessoa’. Isso quer dizer que interagimos com pessoas que assumem várias identidades (mulher, branca, brasileira, católica, homossexual, professora, etc) mesmo que nem todas fiquem evidentes em todas as práticas discursivas. Por isso, é importante entender que “o ‘tipo de pessoa’ por meio do qual se é reconhecido, em um dado momento e lugar, pode mudar de momento em momento na interação, pode mudar de contexto para contexto, e, claro, pode ser ambíguo ou instável” (apud Moita Lopes:2001 [2003]).

Se entendermos que a identidade é construída socialmente através do discurso, precisamos observar duas características importantes. A primeira diz respeito à alteridade do discurso. Ao interagirmos com outra pessoa ou um grupo estamos tomando consciência de nós mesmos no processo de tornarmo-nos conscientes do outro (apud Moita Lopes:1990 [2003]). Sendo assim, “é [...] a

presença do outro com o qual estamos engajados no discurso [...] que, em última análise, molda o que dizemos, e, portanto, como nos percebemos à luz do que o outro significa para nós” (Moita Lopes:2002).

Outro processo importante no entendimento do discurso como prática social é sua característica situacional ou contextual. Cada falante, ao construir um significado a partir do outro e com o outro, fornece ao ouvinte “pistas de contextualização” (apud Moita Lopes:1982 [2001]) que indicam como cada enunciado deve ser interpretado.

No processo de entendimento do discurso como prática social a alteridade e o contexto são fundamentais. De acordo com essa perspectiva, outras questões também são relevantes. Em primeiro lugar é preciso entender, como mencionado anteriormente, a identidade não como uma característica de natureza da personalidade de uma pessoa, mas sim como fruto de um “construto de natureza social [...] compreendida como construída em práticas discursivas” (Moita Lopes:2003). Cada discurso ajuda a formar a ideia de que somos um ‘certo tipo de pessoa’ e não outro, já que “cada um de nós é membro de muitos discursos e cada discurso representa uma de nossas múltiplas identidades” (apud Moita Lopes:1990 [2003]).

Em segundo lugar, devemos entender que o discurso é um produto de ordem social, histórica e cultural. Por isso, as pessoas constroem suas identidades a partir do local onde vivem, da época em que vivem e da cultura que compartilham. Sendo assim, Moita Lopes afirma que “as instituições e as coletividades operam na legitimação institucional, cultural e histórica de certas identidades sociais enquanto outras são tornadas ilegítimas, destruídas, encarceradas, desempregadas e patologizadas” (2003:21).

Nessa perspectiva, o discurso tem, portanto, três características: alteridade, situacionalidade, ambas referidas anteriormente, e a sua natureza socioconstrucionista. Segundo Sarbin e Kitsuse “os objetos sociais não são dados ‘no mundo’ mas são construídos, negociados, reformados, modelados e organizados pelos seres humanos em seus esforços de fazer sentido dos acontecimentos no mundo” (apud Moita Lopes:1994 [2003]). Tal fato revela que

os significados construídos no mundo são resultado de relações sociointeracionais que são realizadas na nossa rotina diária. Essa característica implica também numa mudança metodológica de pesquisa. Se entendermos que o discurso é socioconstruído, o pesquisador também faz parte da pesquisa, seja como analista ou como participante da prática discursiva, uma vez que todos os participantes constroem suas identidades e ajudam a construir a identidade do outro na interação (Moita Lopes:2003).

A natureza socioconstrucionista do discurso significa que ele é não apenas produto da construção da vida social, mas também o agente que a constrói. Ou seja, ao mesmo tempo que os discursos representam a vida social eles também a constituem. Por isso, de acordo com Moita Lopes

“Quando se envolvem na construção do significado, as pessoas estão agindo no mundo por meio do discurso em relação aos seus interlocutores e, assim, se constroem e constroem os outros. Desse modo, o discurso deve ser entendido também por sua força constitutiva e, portanto, como ação.” (2003:25)

Ninguém é apenas uma identidade. Todos temos várias identidades e elas aparecem mais ou menos de acordo com cada situação. Todas coexistem dentro de uma mesma pessoa e podem até ser contraditórias em diferentes momentos da vida. “As identidades sociais devem ser entendidas, portanto, como um feixe de traços identitários que coexistem, as vezes de forma contraditória, na construção das diferenças de que somos feitos” (Moita Lopes:2003).

Nesta subseção, vimos que o discurso é uma prática social que se faz na interação. Suas características básicas são, portanto a alteridade, a situacionalidade e a sua natureza socioconstrucionista. Além disso, outros fatores são também relevantes para seu entendimento: a) todo discurso está situado em um determinado tempo, lugar e espaço; b) a identidade está sempre em progresso, portanto, nunca é estável e fixa; e c) as identidades sociais não são únicas, mas múltiplas.

Estudar o discurso diante da perspectiva apresentada nesta subseção “é examinar os contextos institucionais de uso específico de linguagem nos quais as pessoas estão agindo e revelar o que fazem nessas práticas na constituição da vida

social ou das identidades sociais.” (Moita Lopes:2003) Além disso, a análise das práticas discursivas e dos discursos é um importante instrumento na reflexão sobre as diferenças presentes no mundo.